

# **Política científica no Brasil: dilemas em torno da internacionalização e do inglês<sup>1</sup>**

## **Science policy in Brazil: dilemmas around the internationalization and english**

Rafael Fortes<sup>2</sup>

*Submetido em 20 de fevereiro e aprovado em 19 de março de 2016.*

**Resumo:** O artigo discute o discurso da internacionalização, bastante presente, nos últimos anos, em documentos e artigos relativos à política científica no Brasil, particularmente no que tange aos periódicos. Problematizo alguns pressupostos que considero estarem presentes em tal discurso (embora raramente sejam explicitados) e as implicações de tal visão para a circulação do conhecimento e da produção científica brasileira, bem como para a disponibilidade de conhecimento científico no país. Para tanto, o trabalho se divide em três seções. A primeira aborda a internacionalização e a apologia do inglês. A segunda trata das implicações, para as Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, das práticas e dinâmicas da internacionalização. A terceira discute as relações entre a internacionalização e um importante canal de divulgação da produção científica: os periódicos científicos.

**Palavras-chave:** Internacionalização. Sociologia da ciência. Política científica. Língua inglesa.

**Abstract:** The article discusses the discourse of internationalization, which has been found very often, in recent years, in documents and articles on science policy in Brazil, particularly with respect to journals. I explore some assumptions that I believe are present in such discourse (though rarely explained) and the implications of such a view to the circulation of knowledge and of Brazilian scientific production as well as to the availability of scientific knowledge in the country. To this end, the work is divided into three sections. The first discusses the internationalization and eulogy of English. The second deals with the implications of practices and dynamics of internationalization for the Humanities, Social and

Applied Social Sciences. The third discusses the relationship between internationalization and an important scientific production disclosure channel: scientific journals.

**Keywords:** Internationalization. Sociology of science. Science policy. English language.

“Eles escutam porque creem. A legitimidade da língua é tal que ela prescinde do entendimento dos que a desconhecem.” (ORTIZ, 2004, p. 11).

## Introdução

Na última década, aproximadamente, tem sido recorrente o uso do termo “internacionalização” em diferentes âmbitos relacionados ao ensino superior e à ciência, tecnologia e inovação. Ele abunda em documentos relativos a políticas públicas para o setor. Aparentemente, a internacionalização também se tornou um objetivo da ampla maioria das universidades brasileiras, desde aquelas com maior peso e reconhecimento até instituições recém-criadas do interior. Buscam-na até universidades que não contam com moradia estudantil, editora ou equipamentos para prática de esportes; não têm uma biblioteca decente; e, até recentemente, sequer tinham bandeirão<sup>3</sup>.

O objetivo deste artigo é discutir o discurso da internacionalização, alguns pressupostos que considero orientá-lo (embora raramente sejam explicitados) e também as implicações para a circulação do conhecimento e da produção científica brasileira, bem como para a disponibilidade de conhecimento científico no país. Para tanto, encontra-se dividido em três seções. A primeira aborda a internacionalização e a apologia do inglês. Ela inclui uma discussão sobre a adoção deste idioma e de certos parâmetros

como sintomas e consequências da permanência, entre nós, de uma mentalidade colonizada. A política de traduções é abordada em subitem específico. A segunda trata das implicações, para as CHSSA, das práticas e dinâmicas da internacionalização. A última discute as relações entre a internacionalização e um importante canal de divulgação da produção científica: os periódicos científicos.

Considero importante deixar claro o lugar de que falo. Em termos de área de conhecimento, atuo principalmente na Comunicação e, também, na História. O esporte, as revistas e a política têm sido meus objetos principais de pesquisa. Os exemplos e referências que uso neste artigo dialogam com este percurso, embora boa parte do que afirmo diga respeito às Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (CHSSA) como um todo, com nuances de área para área.

### **A internacionalização e a adoção do inglês**

Para começar, cito quatro indícios do panorama atual:

- 1) Números especiais de revistas anglófonas são editados devido à “constatação de que a circulação de pesquisas em comunicação da ciência e divulgação científica é dominada por países como Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia, não por acaso países que têm o inglês como língua-mãe”<sup>4</sup>;
- 2) “Com o objetivo de se fazer ouvir as ‘vozes inauditas’ de diversas partes do mundo,” editam-se artigos em inglês, e através de acesso pago<sup>5</sup>;
- 3) Alocação de recursos a partir das necessidades, objetivos e prioridades das sociedades científicas raramente ocorre<sup>6</sup>.

4) Mesmo iniciativas importantes e/ou com viés estratégico excluem a divulgação e fortalecimento do português como um objetivo.

Cito dois exemplos:

a) A Chamada MCTI/CNPq n. 45/2014, que tinha como objetivo “apoiar e intensificar a internacionalização de sociedades científicas brasileiras por meio do pagamento de taxa anual à entidade internacional que congregue sociedades de todo o mundo em áreas de conhecimento específicas”, não elenca a difusão do português e da produção científica neste idioma entre os resultados desejados<sup>7</sup>.

b) O aumento do número de estrangeiros que recebem bolsas dos órgãos federais de fomento – dado digno de elogio. Deseja-se atrair estrangeiros por meio do “incentivo à oferta de cursos em inglês”, mas raramente se pensa na possibilidade de oferecer cursos para que aprendam português. Menções à “barreira da língua” parecem referir-se a um suposto *defeito* dos brasileiros por não falarem inglês, e não o contrário: o desinteresse dos estrangeiros de aprender o português<sup>8</sup>. Não por acaso, em reportagem abordando a decisão da Universidade de São Paulo de oferecer disciplinas em idiomas estrangeiros na graduação, *todos* os exemplos citados referem-se ao inglês<sup>9</sup>. O anglocentrismo se evidencia também pela comparação com universidades dos Estados Unidos, consideradas melhores por terem percentual muito maior de alunos estrangeiros: não se informa se isto se deve à oferta de disciplinas em idiomas distintos do inglês<sup>10</sup>, ou ao interesse dos estudantes estrangeiros

em aprender inglês (e/ou ao fato de já dominá-lo, seja como idioma nativo ou segundo).

Este discurso em torno da internacionalização – como sinônimo de adoção do inglês – é incorporado e reproduzido pelas instituições privadas de ensino superior. Tal como as públicas, elas contratam serviços de empresas estrangeiras prontas a oferecer *soluções* para demandas como a de aprender inglês<sup>11</sup>.

A escolha do inglês como língua única significa a “afirmação de uma hegemonia travestida em verdade linguística” (ORTIZ, 2004, p. 6). Como argumenta o autor: “a rigor, deveríamos dizer, nenhuma língua ‘é’ franca, ela apenas desempenha, em determinados domínios, a ‘função de ser’ franca” (p. 13).

Ortiz desconstrói uma série de supostas qualidades atribuídas ao idioma e de supostas vantagens de sua adoção: neutralidade; estabelecimento de um único padrão; superioridade “por essência” (p. 8); ser uma língua internacional, mas também global; a elaboração e citação de artigos em inglês; a produção de bases de dados e estatísticas de citações considerando exclusivamente a produção em inglês (naturalizada como a única língua para expressão da ciência)<sup>12</sup>; caráter “instrumental e eficiente” (p. 14); a escolha arbitrária e naturalização dos artigos como forma preferencial de divulgação do conhecimento científico; a adoção de paradigmas, lógica das ciências naturais que não se aplica às CHSSA. O último item é particularmente relevante:

No limite, se pensarmos em termos do contexto, deveríamos dizer que o ideal seria o conhecimento de todas as línguas nas quais as ciências sociais se exprimem, para

se obter, não uma universalização do espírito, mas uma biblioteca de idiomas a serviço de uma maior riqueza do pensamento. Embora isso seja irrealizável, é importante tê-lo em mente, pois o cosmopolitismo das ideias somente pode existir quando levamos em consideração a diversidade dos contextos e os “sotaques” das tradições sociológicas. (ORTIZ, 2004, p. 18).

Ainda de acordo com o autor, considerando a variedade de idiomas do mundo, há cerca de 100 centrais e doze “supercentrais”, um destes, o português (p. 10-11). É este idioma que parte da comunidade científica nacional, referendada por agências e instituições governamentais, quer banir como possibilidade de expressão de conhecimento científico relevante<sup>13</sup>. Nesta lógica, “escrever em outra língua deixa também de significar estar circunscrito a uma determinada forma de expressão, essa condição é percebida como uma limitação” (p. 19). No limite, os cientistas brasileiros se tornam *defeituosos* por se expressarem no idioma pátrio. Tal ponto de vista introjeta a condição subalterna e desviante que é atribuída aos periféricos pelos que ocupam o centro.

Contrariamente ao que sugere a defesa do inglês como língua da internacionalização, a partir dos argumentos e dados elencados por Ortiz, afirmo que os cientistas que compreendem unicamente a língua inglesa – aos quais me refiro, daqui em diante, por monoglotas anglófonos – são mais limitados do que muitos cientistas brasileiros. Isto se dá por, pelo menos, dois motivos: a) só leem neste idioma (enquanto muitos brasileiros leem em ao menos uma segunda língua, sendo as mais comuns o inglês, o francês e o espanhol); b) O mercado editorial anglófono é enorme, mas conta com relativamente poucas traduções (ORTIZ, 2004, p. 19).

Contudo, nas CHSSA, mesmo a opção radical pela adoção do inglês

pode se revelar pouco útil. Cabral (2007) argumenta que não basta publicar naquela língua para ser lido. Mesmo quem o faz há anos raramente é lido ou citado, pois ler e citar são resultado de um conjunto de variáveis: os modismos (citar o que está na moda e/ou o que os pares estão citando); citar *o que fica bem citar* (autores consagrados; autores cuja presença na bibliografia supostamente afere a qualidade do texto); citar o que os pares esperam que se cite. Sobre o que denomina “a luta pelo monopólio da competência científica”, Bourdieu (1983) afirma que “o que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros; portanto, aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz como importante e interessante aos olhos dos outros” (p. 122, 125).

Somam-se a isto questões mais subjetivas do trato com os colegas editores e pareceristas anglófonos: “Vinte ou trinta anos depois de termos iniciado as nossas carreiras continuamos a ser tratados como iniciantes.” (CABRAL, 2007, p. 236). Isto se explica, em parte, pelo domínio do idioma não ser idêntico ao do nativo, mas também por uma postura frequentemente etnocêntrica e, às vezes, de franca antipatia e impaciência dos monoglotos anglófonos. Embora tenha menos tempo de carreira que Cabral, já passei por experiências que sustentam o que afirmo neste parágrafo.

Há situações em que se verifica um exercício barato de poder. Editoras impõem aos autores o uso de determinados termos no título dos livros, mesmo que aqueles que os escreveram argumentem que o conteúdo do livro *desconstrói* o termo (BOURDIEU e WACQUANT, 2002, p. 22)<sup>14</sup>. Já submeti artigo em inglês a um periódico de História do Esporte e recebi pareceres exigindo alterações no texto<sup>15</sup> e o uso dos artigos X e Y (em inglês) na bibliografia. Li ambos (pagando com recursos próprios a compra

de um deles) e percebi que nada de novo traziam em relação à bibliografia já citada – majoritariamente em português, ou seja, desconhecida dos pareceristas (provavelmente monoglotas anglófonos).

Há outros percalços para publicar em inglês. Segundo Serra (2013), “dificilmente as investigações de caráter local e cultural, como são muitas das produzidas na área das Ciências da Comunicação, interessam ao público potencial das publicações em inglês (pelo menos na percepção dos seus editores)” (p. 101-2). Este ponto é importante e vale para o Brasil tanto quanto para Portugal (ao qual se refere o autor). Trata-se de perceber que a ampla maioria dos editores (e cientistas) anglófonos tende a considerar os estudos feitos no Brasil, sobre o Brasil e/ou em outros idiomas que não o inglês como locais/nacionais (*ciência local/nacional*), ao passo que os trabalhos deles – em inglês – são *a ciência*.

## Traduções

A maneira de abordar as traduções é um indicativo do caráter subordinado da inserção no cenário internacional. Como evidenciam algumas citações anteriores, advoga-se apenas a possibilidade e necessidade de realizar traduções para o inglês. O cenário é desolador até em países centrais do capitalismo. Ao discutirem a historiografia do esporte na Grã-Bretanha e na França, Dietschy e Holt (2013) afirmam:

Em mais de 30 anos de trabalho acadêmico sobre história do esporte na Grã-Bretanha e na França, o objeto evoluiu tremendamente. [...] Apenas uma pequena quantidade foi traduzida, tanto do francês para o inglês quanto do inglês para o francês. A história do esporte britânica não é muito estudada nas universidades francesas, e o esporte francês é negligenciado de forma similar na

Grã-Bretanha. [...] As editoras enchem suas listas com livros novos, que podem ser desovados com facilidade e vendidos lucrativamente para bibliotecas, e se omitem quanto à tradução de trabalhos extraordinários [...]. Os conselhos de pesquisa, que deveriam conhecer melhor o cenário e não se orientam pelo lucro, também são responsáveis, preferindo gastar largas somas em novas pesquisas, sem disponibilizar a custo relativamente baixo o que já tem excelência comprovada. Por estes motivos, a história do esporte francesa está fechada para os anglófonos que não dominam o francês; os acadêmicos franceses normalmente têm um bom conhecimento de inglês, mas os principais trabalhos de história do esporte britânicos e norte-americanos são pouco conhecidos e discutidos na França. (p. 4).

As editoras comerciais têm compromisso com o lucro, não com o avanço e a divulgação do conhecimento. A afirmação pode soar óbvia, mas às vezes o óbvio precisa ser dito. As maiores editoras de livros científicos dos países centrais pertencem *aos mesmos conglomerados* que publicam revistas e estabelecem *rankings*, índices e indexadores. No caso brasileiro, inexistente interesse sistematizado por livros novos do exterior e sequer há a dinâmica comercial de grandes vendas de títulos recém-lançados para bibliotecas universitárias – os acervos são sofríveis e desatualizados, tanto em instituições públicas quanto privadas.

Segundo Ortiz (2004),

o que se observa é um movimento na direção contrária a qualquer tipo de diversidade das interpretações. O mercado mundial das traduções nos dá uma boa imagem desse fato. Nos Estados Unidos e no Reino Unido menos de 5% das obras publicadas são traduções (incluindo obras literárias); na França e na Alemanha esse número gira em torno de 12%. [...] (p. 19).

Embora o tamanho absoluto do mercado estadunidense torne 5% dos títulos um número considerável, chamo a atenção para a lógica sistêmica de desinteresse pelo que é produzido em outros idiomas: de acordo com Canclini (2001), “nos EUA, apenas 1% de todos os bilhetes que são vendidos nos cinemas vai para filmes em idiomas que não o inglês” (p. 190). Observo na ciência dinâmica semelhante à do mercado cinematográfico, delineada e criticada por Canclini (2001), ao pesquisar o público das videolocadoras da Cidade do México durante os anos 1990:

Como os videófilos veem o cinema mexicano? Veem-no em comparação ao cinema americano. Isto é atestado não só pelo domínio de filmes e atores dessa nacionalidade nas enquetes, mas também pela formação do juízo estético, pela valoração da espetacularidade e do tipo dos astros e, é claro, pelo peso quantitativo da programação: se nos cinemas, na televisão e no vídeo as fitas americanas cobrem entre 60% e 85% da oferta, tudo contribui para que se identifique o cinema dos EUA com o cinema. Nos videoclubes de Blockbuster há um lapso revelador neste sentido: a maioria das gôndolas é identificada por “gênero” (ação, suspense, comédia, infantil etc.), e nessas prateleiras prevalece, com poucas exceções mexicanas, o cinema americano. Num canto, encontramos umas poucas dezenas de filmes europeus, latino-americanos e alguns asiáticos, todos reunidos sob a legenda “cinema estrangeiro”. O dos EUA, que não aparece nesse setor, é nacional ou simplesmente se define como o cinema? (p. 207).

Sintetizando tal lógica, Bourdieu e Wacquant (2002) afirmam que “o imperialismo cultural repousa no poder de universalizar os particularismos associados a uma tradição histórica singular, tornando-os irreconhecíveis como tais” (p. 15).

A partir de Cabral (2007) e Serra (2013), argumento que, no caso

das CHSSA, o dispêndio de tempo e dinheiro para traduzir e publicar em inglês está de partida fadado ao fracasso, pois os artigos aceitos e veiculados pouco são lidos e citados. Minha experiência – e a de colegas brasileiros – de publicar artigos em revistas anglófonas de prestígio no subcampo da História do Esporte confirma tal perspectiva. Parece-me que pouco são lidos – citados, sei, não o são<sup>16</sup>. De certa forma, isto confirma a argumentação de Serra de que os editores julgam que tais trabalhos não despertam o interesse dos leitores das revistas. Logo, melhor seria investir tempo e recursos no aprimoramento e profissionalização das publicações brasileiras e na tradução e publicação, no país, de trabalhos relevantes em outros idiomas, na linha do argumento de Dietschy e Holt (2013). Retomo este tema na seção: A internacionalização e os periódicos científicos.

### **A internacionalização e a adoção do inglês: introjetando a dominação**

Em parte, este cenário se coaduna com uma trajetória histórica, especialmente nas CHSSA, de deslumbramento com autores e conceitos oriundos da Europa e dos EUA. Melo (2008)<sup>17</sup> é um crítico desta postura e um defensor da utilidade e relevância de se ler autores da América Latina. Contudo, até um autor com estas posições referenda a lógica hegemônica atual. Por exemplo, quando afirma que

[...] deixamos em segundo plano a difusão das ideias originais que temos produzido, tanto pela nossa presença bissexta nos periódicos internacionais da área [Comunicação] quanto pela timidez com que temos disseminado, em língua inglesa ou espanhola, o pensamento comunicacional brasileiro. (p. 27).

O autor não localiza as causas no sistema e em sua lógica, mas no

comportamento profissional dos ex-colonizados. Em vez de reivindicar a abertura dos sistemas para o português (como ocorre em algumas revistas que têm o espanhol como idioma principal) e que as revistas e editoras se responsabilizem e interessem por traduzir, para o inglês, os textos em português (e em outros idiomas), aponta como solução uma mudança de postura dos pesquisadores brasileiros, que devem se adequar integralmente às lógicas vigentes.

Isto se dá a despeito de uma narrativa crítica em relação às tensões em congressos internacionais entre o fim da década de 1980 e o início da seguinte. A leitura atenta do trecho a seguir permite refletir sobre a ineficácia da submissão à imposição exclusiva do inglês:

Apesar da projeção conquistada pelo Brasil, figurando no ranking de Guarujá [congresso realizado em 1992] como o segundo país com maior volume de papers selecionados, o diálogo com os nossos pares de outras geografias não fluiu satisfatoriamente. Isso independentemente do fato de boa parcela dos papers brasileiros ter sido apresentada em inglês, a língua franca da comunidade acadêmica.

[...] logo percebemos que o espaço da Aieri [Associação Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Informação] reduzia-se, cada vez mais, aos pesquisadores fluentes em inglês. Mais do que isso: motivados pelos temas de uma agenda sintonizada com a ótica dominante na vanguarda que gira em torno da órbita anglo-americana. Sintomática foi a retirada francófona desse front. (p. 155).

Segundo o autor, o francês seguiu como “língua oficial da Aieri”, mas “a participação francófona tem sido mantida pelo segmento que elegeu o inglês como segunda língua” (p. 155). Diagnóstico semelhante ocorre com o espanhol, também língua oficial dos congressos da entidade<sup>18</sup>:

os responsáveis pela programação das atividades segmentam os trabalhos inscritos em cada seção ou grupo de trabalho, isolando, no fim de cada jornada, aqueles escritos em espanhol. Após o intervalo, quando os grupos retornam aos recintos onde estão reunidos, percebe-se que somente ficam os hispanofalantes. Os demais se retiram discretamente. (p. 156)<sup>19</sup>.

O relato de Melo prossegue afirmando que, após uma professora brasileira criticar o procedimento em 2004, uma dirigente da associação “justificou dizendo que os colegas anglofalantes se retiravam das salas porque não eram capazes de ultrapassar a barreira idiomática” (p. 156). Para mim, trata-se de um aspecto positivo (a manutenção da possibilidade de apresentar trabalhos em espanhol e francês) e dois negativos (os trabalhos são confinados à última sessão do dia; e os anglófonos monoglotas retiram-se das salas). Melo enxerga a situação de forma distinta e referenda o que diz ter sido a resposta da professora brasileira:

Se assim é, qual o sentido da presença dessas comunidades minoritárias no espaço internacionalizado que pretende ser a Aieri? A solução evidente seria a tradução simultânea, mas esta se inviabiliza pelo custo elevado dos honorários profissionais. (p. 156).

Concordo que a tradução simultânea é a solução ideal. Ainda assim, seria preciso decidir a partir de qual(is) idioma(s) se fará a tradução, e para qual(is) idioma(s). Da maneira como se coloca o assunto, parece que a necessidade é apenas de se traduzir do espanhol para o inglês. De novo, a preocupação principal é deixar confortáveis os monoglotas do centro, para os quais parece insuportável se deparar com situações em que o conhecimento científico é expressado em qualquer idioma distinto do único que falam –

talvez porque tais situações revelam sua ignorância<sup>20</sup>. Além de apontar a expressão nos próprios idiomas (português e espanhol) como uma solução para a comunicação entre pesquisadores ibero-americanos, a saída apontada por Melo referenda a hegemonia vigente: “O exemplo mais interessante é o dos países nórdicos. Eles formaram o Nordicom, valendo-se do inglês como língua franca” (p. 156). Nenhuma consideração é feita sobre a qualidade do ensino público nestes países, que prepara a população para dominar fluentemente o inglês como segundo idioma<sup>21</sup>. Seguem-se observações na mesma toada: seria preciso fazer com que os europeus aprendam português e espanhol “como segunda língua estrangeira” (sem dizer como e por que o fariam, dentro das lógicas atuais) e que “como estratégia de ocupação de espaços na comunidade internacional, torna-se indispensável que as vanguardas acadêmicas dominem o inglês para se comunicar fluentemente” (p. 159). Introjeta-se de forma cabal a perspectiva do dominador.

Esta posição parece-me limitada, ao não perceber o padrão hegemônico de circulação da produção acadêmica (livros e revistas, especialmente) e sua dimensão linguística como um braço de um sistema amplo – embora este seja criticado pelo próprio autor:

O Brasil, a Índia e a África do Sul situam-se, hoje, na vanguarda dos países em desenvolvimento que estão desempenhando papel-chave na *contestação ao regime vigente dos direitos de propriedade intelectual*, fomentando iniciativas destinadas a flexibilizar o comércio mundial dos produtos audiovisuais. O governo brasileiro, através do Ministério da Cultura e de outras agências federais, vem debatendo alternativas possíveis para fazer da inclusão digital uma alavanca para a inclusão social. Trata-se de garantir o direito

de acesso universal às novas tecnologias de difusão, fomentando a expressão simbólica dos vastos contingentes que constroem cotidianamente a nossa diversidade cultural. (p. 108-9, grifos meus).

Ou seja, a cobrança de altos valores para que o público tenha acesso, exclusivamente em inglês, aos resultados de pesquisas feitas por brasileiros, é ignorada como parte desta mesma lógica sistêmica.

Chama nossa atenção a raridade de ocasiões em que fatores políticos e econômicos macro, relacionados à inserção desigual na economia internacional, são levados em consideração nas análises. Embora guarde suas peculiaridades, a ciência está circunscrita a tais lógicas. Não há – ou, ao menos, não deveria haver – inocência nas decisões de Estado que envolvem contratação de serviços e compra de produtos. A exigência de pagamento para acesso aos artigos que materializam resultados da pesquisa científica não é fruto do acaso, mas uma forma de acumulação do capitalismo atual, que lucra com a exploração econômica privada de conhecimentos e descobertas financiados pela sociedade (no caso científico) e com o “trabalho grátis” em plataformas como *Instagram*, *Google* e *Youtube* (Dantas, 2014). De acordo com Dantas (2014), “o mero reconhecimento jurídico do direito de propriedade intelectual nem sempre se mostrará eficaz para captura das *rendas* daí derivadas, razão pela qual o controle dos canais de reprodução e distribuição tornaram-se essenciais para o exercício da apropriação” (p. 92). É gritante a falta de crítica – e mesmo de reflexão e conhecimento –, entre os defensores do atual modelo de internacionalização, a respeito destes mecanismos, bem como de sua articulação com as relações econômicas entre os Estados-Nação. Segundo

Oliveira (2003),

[...] o novo conhecimento técnico-científico está trancado nas patentes, e não está disponível nas prateleiras do supermercado das inovações. [...] Essa combinação de descartabilidade, efemeridade e progresso incremental corta o passo às economias e sociedades que permanecem no rastro do conhecimento técnico-científico. [...] os países ou sistemas capitalistas subnacionais periféricos podem apenas copiar o descartável, mas não copiar a matriz da unidade técnico-científica; uma espécie de eterna corrida contra o relógio. (p. 138-9).

Cedemos gratuitamente aos oligopólios empresariais que exploram a divulgação científica do conhecimento (na forma de artigos) que consumiu recursos públicos para, em seguida, comprar por altos preços o acesso a ele. A dinâmica de propriedade dos direitos econômicos vinculados aos artigos científicos obedece à mesma lógica de registro de patentes e de privatização do conhecimento (organismos geneticamente modificados, medicamentos, vacinas etc.) apontadas nas citações longas da página anterior e desta.

A este aspecto, somam-se as dinâmicas internas dos países capitalistas, particularmente dos EUA. Para Apple (2007),

a [...] evidente pressão, nos Estados Unidos, para se reinstalar uma percepção (seletiva) de uma cultura comum coloca maior ênfase na “tradição ocidental”, na religião, na língua inglesa, e ênfases deste tipo estão profundamente ligadas aos medos culturais com relação à América Latina, à África e à Ásia. (p. 94).

Talvez se trate de uma convergência entre o proselitismo do inglês como língua única nos cenários interno – com fins políticos de determinar uma integração padronizada dos falantes de outros idiomas, quando não de

xenofobia – e externo. Esta confluência leva água ao moinho de empresas como Thomson Reuters, ao mesmo tempo em que legitima autores, textos, editoras, periódicos, indexadores e índices anglófonos – além de, evidentemente, facilitar-lhes a circulação da produção científica (e, como parte do mesmo processo, dificultar a circulação e legitimação da produção em *todos os outros idiomas*).

Tanto os problemas específicos da adoção do inglês como idioma único quanto o panorama geral político, econômico e tecnológico parecem escapar à atenção e à compreensão da maioria dos cientistas – e também das autoridades estatais responsáveis pelas tomadas de decisão. A *internacionalização*, tal qual vem sendo reproduzida de forma acrítica e ubíqua no ambiente científico e universitário, configura um dos “termos isolados com aparência técnica [...] que [...] adaptam-se perfeitamente para funcionar como verdadeiras palavras de ordem políticas” (BOURDIEU; WACQUANT, 2002, p. 17). O cenário resultante, supostamente inclusivo e benéfico a todos, não o é, pois se limita à expressão “[...] em um extraordinário *jargão*, em uma terrível *língua franca* internacional, que permite incluir, sem levá-las em consideração de forma consciente, todas as particularidades e os particularismos associados às tradições *filosóficas* e *políticas* nacionais [...]” (BOURDIEU; WACQUANT, 2002, p. 18). Não obstante, “a violência simbólica nunca se exerce, de fato, sem uma forma de cumplicidade (extorquida) daqueles que a sofrem”. Tal “império e influência simbólicos que os Estados Unidos exercem sobre toda espécie de produção erudita” contam com a “colaboração, consciente ou inconsciente, direta ou indiretamente interessada, não só de todos os ‘passadores’ e importadores de produtos culturais” (BOURDIEU; WACQUANT, 2002, p. 21).

## **A internacionalização e as Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas**

A exclusão das CHSSA do Programa Ciência sem Fronteiras<sup>22</sup>, principal política de investimento em ciência do primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014), evidencia tanto a assimetria entre as grandes áreas como as lógicas vigentes entre os setores responsáveis pelo processo decisório no campo científico. Ambas se articulam com o discurso da internacionalização.

Entre os problemas graves e urgentes a resolver está a celeuma em torno da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CONEP/CNS/MS), âmbito inadequado para se avaliar os projetos de pesquisa em CHSSA. Segundo um documento elaborado por um conjunto de entidades, “a comunidade das CHSSA reivindica que a regulamentação da ética em pesquisa nas CHSSA seja retirada do âmbito do sistema CONEP/CNS/MS e transferida para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)” (p. 4)<sup>23</sup>.

A análise de documentos relativos ao tema é reveladora dos mecanismos de poder. Durante um ano e meio, um grupo de trabalho formado por representantes de entidades das CHSSA elaborou uma proposta de resolução que permitisse abrir espaço para as especificidades das pesquisas destas áreas dentro do sistema de avaliação ética do CONEP<sup>24</sup>. A minuta foi rejeitada na íntegra em carta do CONEP datada de 28/1/2015. Entre as alegações, chama a atenção a repetida remissão e reiteração à Resolução nº 466/12 do CNS, elaborada para projetos das Ciências Biológicas e da Saúde e, portanto, inadequada para os de

CHSSA. A minuta argumenta como se obedecer a esta norma fosse a única maneira possível de respeitar a ética ao se realizar pesquisa envolvendo seres humanos. Trata-se de *sacralização* de uma norma jurídica, algo preocupante, considerando tratar-se de discussão entre cientistas. Tal perspectiva é criticada na carta aberta de resposta (ver próximo parágrafo) divulgada pelo grupo de trabalho: “Os pesquisadores das CHS [Ciências Humanas e Sociais] não se sentem obrigados a manifestar qualquer tipo de reverência religiosa à Res. 466 – tão falível e incompleta quanto qualquer outro tipo de instituição humana”<sup>25</sup>.

A resposta do CONEP reitera o objetivo de manter a imposição de parâmetros particulares das Ciências Biomédicas como se fossem universais: “a tipificação de risco da pesquisa deve usar critérios únicos e uniformes, independentemente da área de conhecimento”. Trechos como este contrariam frontalmente, quando não ignoram, as proposições da minuta. Além disso, associam o mérito científico dos projetos à avaliação do método. Ora, é evidente que projetos com qualidade científica podem ter problemas quanto ao método, e projetos com excelente proposta metodológica, guardar deficiências nas demais partes. Estes e outros pontos, bem como a lógica e os propósitos que orientam a visão hegemônica, são apontados, demonstrados e criticados na carta aberta de resposta à carta do CONEP, que aponta o “caráter antiético da posição da CONEP”<sup>26</sup>, quanto no artigo de Duarte (2014).

Um elemento importante é o caráter político de tais tentativas de controle. Nas palavras de Duarte (2014):

Trata-se [...] de uma questão política, em pelo menos

três planos inter-relacionados: 1) o da organização do campo tecnocientífico na cultura ocidental contemporânea, com sua característica hegemonia das ciências *hard*; 2) o da biomedicina como componente de uma biopolítica de crescente influência na governamentalidade corrente; e 3) o do aparelho de Estado da saúde como sistema de poder na sociedade brasileira (envolvendo inclusive o constructo recente do “controle social”). (p. 19).

Ao imperialismo entre Estados-Nação e linguístico, acrescenta-se um terceiro:

Na situação brasileira, sem a tradição dos estudos coloniais das metrópoles ocidentais, o “imperialismo ético” se manifesta dentro do próprio país, por parte dos saberes biomédicos e bioéticos, sobre suas primas pobres, as CHS, tão primitivas e incompreensíveis que sua própria voz se faz difícil de escutar. (p. 25).

Neste cenário preocupante, uma rara notícia positiva foi o anúncio da criação, pelo CNPq, de uma Diretoria de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (CHSSA)<sup>27</sup>. Até então, tais ciências estavam vinculadas a uma Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas e Humanas e Sociais, o que, tendo em vista o quadro que apontamos, indica a subordinação das CHSSA às demais que constam no nome. Resta saber em que medida a diretoria acatará as recomendações elaboradas por um grupo de trabalho reunindo representantes de entidades das CHSSA – e quando a nova diretoria será efetivada<sup>28</sup>.

No entanto, mesmo esse documento referenda o discurso da *internacionalização*, “por sua importância estratégica”, colocando-a como um dos cinco eixos estruturais propostos (p. 3). Como diversos

outros documentos, artigos e entrevistas, investe pesado na legitimação e reivindicação da *internacionalização*, sem, contudo, explicitar o que entende por tal<sup>29</sup>.

Além disso, o documento é contraditório. Por um lado, celebra a prática de veiculação sob acesso aberto e gratuito, majoritária entre os periódicos brasileiros. Por outro, alega que é necessário “tornar a produção acadêmica brasileira acessível internacionalmente”, como se, justamente por encontrar-se disponível de forma aberta e gratuita, já não o estivesse (p. 11)<sup>30</sup>. O diagnóstico de que “muito pouco tem sido feito no sentido de incentivar a inclusão de periódicos e livros eletrônicos nacionais em portais no exterior” não é acompanhado de uma reflexão sobre o idioma e o acesso pago como entraves sistêmicos a tal inclusão, nem sobre os mecanismos de pressão que o governo brasileiro poderia adotar para que as empresas das quais compra serviços aceitassem como contrapartida a inclusão do português e/ou de periódicos brasileiros (p. 11). Tal visão limitada se materializa em alguns objetivos, como:

- a) “ampliar o livre acesso nas Universidades a conteúdos estrangeiros importantes para a área de CHSSA” (p. 12) – o que, quando se trata de comprar acesso a bases de periódicos – antes de tornar o conteúdo “livre” –, significa injetar recursos públicos para alimentar um sistema que, por *default*, exclui a produção brasileira e/ou em português (ver seção 1).
- b) “Apoiar a publicação em livros e periódicos estrangeiros com financiamentos específicos – por exemplo: financiando traduções, [...] custos cobrados dos autores no *Golden System* etc.” (p. 12).

Quer dizer, pagar, com dinheiro público, no mínimo três vezes pelo conhecimento científico: produção (salários, infraestrutura, instituições, fomento a projetos etc.), tradução do artigo e compra do acesso – do contrário, o conhecimento fica em inglês e sob acesso restrito. O total chega a cinco, se contarmos os cursos de inglês para estudantes e as taxas de aplicação de testes de proficiência (ambos realizados por multinacionais estrangeiras, evidentemente).

Trata-se de inserção inteiramente submissa, sem menção a políticas de reciprocidade, ampliação dos idiomas nas bases de dados etc. De forma coerente, ignora-se a reivindicação de recursos para financiar a tradução, para o português, de artigos e livros relevantes das CHSSA publicados em outros idiomas, de forma que tais conhecimentos fiquem disponíveis para pesquisadores, professores, alunos e para a sociedade em geral. Aliás, via de regra, inexistem editais que prevejam recursos para tal atividade: a escolha sobre o que é traduzido fica a cargo das editoras comerciais (sem compromisso com a democratização do conhecimento ou com o avanço da ciência) ou das editoras universitárias (quase todas claudicantes). Aprofundamos este assunto na próxima seção.

### **A internacionalização e os periódicos científicos**

Conforme venho argumentando, uma definição básica, mas nunca presente, diz respeito ao que se entende por *internacionalização* e pelo uso do adjetivo *internacional*. No caso da História, por exemplo, o que define um trabalho como “internacional”? Algumas possibilidades: a) o objeto de estudo estar fora do país em que reside/trabalha o pesquisador; b) o trabalho estar escrito em inglês; c) o trabalho estar escrito em um

idioma distinto do idioma oficial e principal do país em que reside/trabalha o pesquisador; d) o trabalho ter sido lançado por uma editora de prestígio que publica exclusivamente em inglês; e) o artigo estar publicado num periódico editado em país distinto daquele em que reside/trabalha o autor<sup>31</sup>. No limite, uma definição de *internacional* é não apenas indesejável e inadequada, mas impossível e inviável.

As respostas listadas servem, com adaptações, para discutir o que significa ser “internacional” no caso dos periódicos. Outras possibilidades: a) sua circulação?; b) o(s) idioma(s) em que publica os textos?; c) a diversidade de países em que atuam os cientistas que nela publicam?; d) a diversidade de países em que nasceram os cientistas que nela publicam?; e) a diversidade de idiomas em que permite que se expressem os cientistas que nela publicam?; f) o idioma principal das chamadas de trabalhos? g) o uso exclusivo do inglês?; h) a presença e/ou classificação em indexadores estrangeiros feitos por multinacionais?; i) a presença em plataforma nacional financiada com dinheiro público (como SciELO)? j) ter palavra “internacional” no título?

Por exemplo: uma revista editada no Brasil publica, a cada número, artigos de autores vinculados a universidades de apenas dois países (Brasil e EUA), sempre em inglês. Ela é *mais* ou *menos* internacional do que outra, produzida no Brasil, que publica, a cada edição, trabalhos de pesquisadores do Brasil e também de um ou dois países ibero-americanos, respectivamente em português e espanhol, e que seja aberta também a artigos em francês e inglês?

Uma das poucas revistas brasileiras de Comunicação avaliadas como A2 no *Qualis* da área, *Matrizes* obriga os autores de artigos aceitos a enviar

uma versão integral em inglês – caso contrário, o texto não é publicado<sup>32</sup>. Em outras palavras, numa área em que *nenhum* periódico publicado no país figura no estrato A1, a revista *veda* a publicação de artigos no idioma nacional, salvo se acompanhados de uma versão em inglês. Mesmo um periódico com o nome de *Revista Lusófona de Estudos Culturais* adotou, em chamada de trabalhos divulgada no primeiro semestre de 2015, prática semelhante: “os autores dos artigos selecionados deverão assegurar a tradução do respetivo artigo, cabendo aos editores a decisão final sobre a publicação do mesmo”, indicando obrigatoriedade de tradução para o inglês para que se veicule o conhecimento em português<sup>33</sup>. Publicada pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), *Brazilian Journalism Research*, cujo título é sugestivo, faz o mesmo: chamada de trabalhos do mesmo período informava que “autores de trabalhos submetidos em português ou espanhol, caso aprovados, deverão providenciar uma versão em inglês”<sup>34</sup>. Se tais parâmetros um dia forem universalizados, os pesquisadores estarão impedidos de publicar artigos em português – salvo se providenciarem, para cada um, uma versão em inglês.

Sou editor de um periódico – *Recorde: Revista de História do Esporte* – que aceita artigos em português, espanhol, inglês e francês. Haveria outros idiomas caso houvesse quem os dominasse na equipe editorial. Além de publicar artigos em idiomas estrangeiros, há anos traduz, do inglês para o português, dois artigos por número. Desta forma, contribui para a divulgação em português de trabalhos relevantes ampliando o repertório de conhecimento, temas e autores disponíveis para pesquisadores e estudantes. Na contramão das lógicas vigentes, a equipe investe tempo, recursos (quando existem) e capital político para traduzir

autores estrangeiros e publicá-los.

Contudo, a perspectiva hegemônica de internacionalização tende a ver as revistas que publicam em um único idioma (inglês) como *mais internacionais* que uma como *Recordes*, que publica em quatro. Tal lógica é reproduzida inclusive em trabalhos que, supostamente, problematizam a hegemonia do inglês. Em artigo com o sugestivo título *Is There Science Beyond English?* (Existe ciência além do inglês?), Meneghini e Packer (2007) afirmam que:

muitos cientistas na África, Ásia, América Latina e Europa ainda publicam seu trabalho em periódicos nacionais, muitas vezes em sua língua-mãe, o que cria o risco de que *insights* e resultados relevantes sejam ignorados apenas porque não estão imediatamente acessíveis à comunidade científica internacional. (p. 112).

Mas, o que são “periódicos nacionais”? Se uma revista coloca todo o conteúdo na internet, na íntegra e aberto (sem exigência de pagamento), para acesso em qualquer aparelho conectado à rede em qualquer lugar do planeta, é correto classificá-la como “nacional”? Repito: o que define o caráter “nacional” ou “internacional” de uma revista? Como apontei no início deste item, há muitas possibilidades de responder tais questões – o debate, no limite, inviabiliza a possibilidade de uma definição geral e adequada. Alheios a isto, os autores trabalham com as expressões de forma incontroversa – sem, contudo, defini-las<sup>35</sup>.

Ainda sobre a citação longa, indagamos: o que é “imediatamente acessível”? Ou melhor, “imediatamente acessível” *para quem*? “Imediatamente acessível” é estar publicado em inglês e só poder ser acessado após um pagamento de dezenas de dólares? Ou estar publicado

em acesso aberto?<sup>36</sup>.

Nas páginas seguintes, a solução apontada consiste no esforço do cientista periférico de se fazer compreender no idioma do centro. Prosseguem Meneghini e Packer (2007):

Os cientistas buscam visibilidade internacional por meio da publicação em inglês, ou em periódicos nacionais ou em periódicos internacionais de alta relevância; contrariamente, eles esperam atrair uma maior audiência regional por meio da publicação em sua língua-mãe ou escolhem um periódico nacional porque não são suficientemente fluentes em inglês. (p. 113).

Os autores praticamente dividem o mundo entre os perfeitos (quem fala inglês como primeira língua e quem conseguiu chegar próximo disso quanto à redação científica) e defeituosos (os demais), cabendo aos últimos a opção de se conformar ou de lutar para superar sua deficiência (voltarei a este ponto adiante). À época da colonização da América Latina, tratava-se de aprender o espanhol ou português e converter-se ao catolicismo, abandonando línguas e crenças ancestrais, para fins de homogeneidade e integração. Civilizar os selvagens, estes não europeus que se expressavam em línguas bárbaras. Hoje, no campo científico, impõe-se a conversão ao inglês, idioma e credo da internacionalização.

Discordo da afirmação de que publicar em inglês em tais revistas seja a única forma de buscar visibilidade internacional. Ademais, o que é “visibilidade internacional”? Outra expressão repetida sem que se diga do que se trata, e sem que se apresente racionalmente parâmetros e argumentos para sustentar tal definição.

Igualmente problemática é a equivalência estabelecida entre

publicar em qualquer outro idioma e ser regional. Ora, o que justifica tal associação? Todo idioma que não o inglês é regional? Todo trabalho escrito nestes idiomas é regional? Os autores subscrevem suposições criticadas por Ortiz (ver a seção: A internacionalização e a adoção do inglês). Um artigo sobre a história do críquete numa vila remota inglesa, escrito em inglês, publicado numa revista de acesso pago editada na Inglaterra, é internacional? Ou se trata de história regional? Tais perguntas propõem debates ignorados pela maioria dos artigos e documentos que advogam a internacionalização. Contudo, não basta respondê-las. Para cada resposta, cabe perguntar: por quê? Com base em que critérios? Que livro ou artigo estabelece, descreve e justifica a definição? Afinal, estamos ou não fazendo ciência? Além disso, este é um dos muitos trechos em que os autores generalizam para *a ciência* uma realidade *das ciências naturais*. Tomam uma parte como se fosse o todo – reproduzindo posição criticada anteriormente (ver a seção: A internacionalização e as Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas).

Outro trecho permite retomar a discussão sobre a condição de subalternidade (ou seja, a limitação por escrever numa língua-mãe diferente do inglês): “O fardo de ter que lidar com dois idiomas pode até ser benéfico, na medida em que cria novas oportunidades e experiências; contudo, trata-se de um objetivo distante para a maioria dos países em desenvolvimento” (p. 114).

Parece que Meneghini e Packer (2007) estão finalmente enxergando como um problema a existência de cientistas e intelectuais limitados a ponto de dominarem apenas um idioma. Porém, se tivessem chegado a este ponto da reflexão, caberia estender aos monoglotas anglófonos a

proposição feita aos demais monoglotas: aprender a ler e escrever numa segunda língua. Seria o caso de defender sua aplicação universal: dizer aos monoglotas do inglês que aprender outro idioma pode “até mesmo ser benéfico, na medida em que propicia novas oportunidades e experiências”. Evidentemente, não é o que fazem os autores. É patente a posição de subalternidade que assumem e pregam. Outro trecho:

Embora o SciELO e outras iniciativas possam ajudar os países-que-não-falam-inglês a estabelecer e melhorar sua linguagem científica – e eventualmente a qualidade de sua ciência –, eles não resolvem totalmente o problema de como e onde encontrar a ciência “perdida”, escondida sob um idioma não familiar. (GIBBS, 1995, *apud* MENEGHINI; PACKER, 2007, p. 115).

“Problema” *para quem?* “Perdida” *para quem?* Quem precisa superar limitações linguísticas para acessar conhecimento mais variado? Esta discussão sobre a erudição necessária é bastante antiga nas Ciências Humanas, especialmente na História e na Antropologia. Pesquisadores que investigam países, períodos e/ou sociedades distintos dos seus, a partir de informações expressas em idiomas que não os próprios, necessitam desenvolver tais habilidades. O conhecimento exclusivo do inglês é insuficiente para a realização das pesquisas dos brasilianistas norte-americanos, dos latino-americanistas do Japão e dos especialistas dos departamentos de línguas estrangeiras de toda universidade séria. Ademais, há o desafio e curiosidade intelectual de travar contato com novas informações, realidades e sensibilidades (científicas ou não) possibilitado pelo domínio de outras línguas. Meneghini e Packer (2007) pregam o oposto: adequar a produção científica às limitações dos monoglotas do inglês para deixá-los em situação

confortável, recebendo, sem esforço, todo o conhecimento produzido pelos cientistas que falam centenas de idiomas.

Para evitar estender demais este artigo, não entrarei no mérito de considerações sobre a inferioridade ou inexistência de uma linguagem científica – e de qualidade científica – nos “países-que-não-falam-ínglês”, como afirma a citação longa reproduzida de forma acrítica<sup>37</sup>. A abordagem ignora as assimetrias políticas, econômicas e culturais que levam à adoção de tais parâmetros – que, por sua vez, contribuem para reforçar tais assimetrias. Como afirma Bourdieu (1983), “o universo ‘puro’ da mais ‘pura’ ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas *invariantes* revestem formas específicas” (p. 122).

Ao que parece, o mundo científico ideal, para Meneghini e Packer (2007), seria aquele em que todas as revistas de países não anglófonos fossem publicadas em idioma nacional e em inglês – no que se aproximam da proposta de Serra (2013) discutida anteriormente. Os autores inclusive ignoram o debate sobre o que significa a construção de uma língua nacional. Chegar a um idioma nacional em que todos se expressem constitui tarefa difícil e complexa em países com distintos idiomas/dialetos, tribos, etnias, povos etc. (Anderson, 1989). Em muitos Estados-Nação, *a língua oficial já é uma língua franca*, porque não é a principal do dia a dia da população.

## Financiamento

Entre os problemas estruturais dos periódicos científicos brasileiros estão o caráter amador e não remunerado da produção (ISAYAMA; MELO, 2014, p. 193-6). Inexiste pagamento para os editores. Explora-se o labor de mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos, sobretudo quando são bolsistas<sup>38</sup>; não se remunera os pareceristas, seja qual for o regime de trabalho e as características da(s) instituição(ões) a que estejam vinculados. Com frequência, passam-se doze meses sem que o autor receba os pareceres. Periódicos encaminham pareceres sem ponderação, filtragem ou edição. Já recebi pareceres absurdos. Tive artigos reprovados sem que fosse apresentado parecer (contrariando as normas das próprias revistas), com apenas um parecer (quando as normas estabelecem que os manuscritos sejam encaminhados a dois avaliadores) e com base em pareceres que ignoravam o teor do texto.

Ora, tal cenário caótico, amador e predatório não resulta do acaso. Por um lado, o crescimento quantitativo dos últimos anos foi feito sem um correspondente aporte de recursos que permitisse manter e aprimorar a qualidade. Por outro, boa parte dos recursos disponíveis está concentrada nas mãos de poucos atores – notadamente empresas multinacionais (editoras e indexadores):

Uma onda de fusões no ramo editorial deu origem a empresas gigantes, como a Elsevier, que têm avançado vorazmente sobre periódicos dos países emergentes, o Brasil entre eles, e que protagonizam verdadeira batalha comercial por esse tipo de mercadoria. São empresas com poder de arrancar preços elevados de universidades, instituições científicas e pesquisadores que necessitam das informações armazenadas nos

periódicos. Recentemente, transformaram o acesso aberto a leitores de artigos em empreendimento muito lucrativo ao converter os artigos em mercadoria agora cara para os autores, subvertendo, dessa forma, o espírito libertário que está na origem do projeto *Open Acess*. Sintoma grave desta distorção é a tendência recente de pareceristas estrangeiros a cobrarem por seu trabalho. (BENCHIMOL; CERQUEIRA; PAPI, 2014, p. 354).

Destaco três aspectos na citação. Primeiro, a caracterização de grandes grupos dominando dois ramos de negócio: editoração; e indexação, classificação e ranqueamento. Para isto serve a internacionalização<sup>39</sup>. Segundo, a menção ao fato de que recursos públicos volumosos são direcionados a estas empresas, seja para inclusão das revistas nas bases de editoração e/ou de indexação, seja pela assinatura destas bases para que os artigos sejam acessados pelos pesquisadores e estudantes brasileiros. Terceiro, a crítica à iniciativa de cientistas estrangeiros de reivindicarem remuneração pelo trabalho como pareceristas. Ora, se tal negócio gera centenas de milhões de dólares, é – ou, melhor, deveria ser – justo e legítimo que os trabalhadores sejam pagos pelo labor que realizam.

O fato de, no Brasil, os cientistas realizarem tais tarefas *de graça* e naturalizarem tal condição revela algo sobre sua visão de mundo. E é sintomático de qual trabalho científico deve receber parte dos recursos públicos aos olhos dos governos e das agências de fomento nacionais. Benchimol, Cerqueira e Papi (2014) sequer apontam como absurdo que os *autores* dos artigos não sejam remunerados com um percentual do valor arrecadado com a venda dos mesmos (bem como das assinaturas dos periódicos e das bases de dados).

O problema, portanto, não se limita à transferência de vultosos recursos públicos para ciência a um punhado de multinacionais. Impressiona que ninguém proponha utilizar ao menos uma parte destes recursos em duas medidas que contribuiriam para a circulação do conhecimento: a) investir nas revistas brasileiras, através da remuneração (por intermédio de bolsas e/ou de pagamentos avulsos) aos que nelas trabalham: editores, assistentes, pareceristas, tradutores etc.; b) investir em traduções, para o português, de trabalhos (artigos e livros) relevantes publicados em outros idiomas<sup>40</sup>. Com isto, tais verbas contribuiriam significativamente para a evolução da editoração científica do país, em vez de desvalorizar a produção científica nacional, dificultar sua divulgação, gerar empregos no exterior e fomentar os lucros de corporações multinacionais.

### **Considerações finais**

Gostaria de retomar Bourdieu (1983):

A ideia de uma ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite fazer passar por científica uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz porque particularmente *irreconhecível*, da representação dominante do mundo social. Desvendando os mecanismos sociais que asseguram a manutenção da ordem estabelecida, cuja eficácia propriamente simbólica repousa no desconhecimento de sua lógica e de seus efeitos, fundamento de um reconhecimento sutilmente extorquido, a ciência social toma necessariamente partido na luta política. (p. 148).

Creio que as lógicas explícitas e, principalmente, implícitas no discurso da “internacionalização” e nas políticas científicas a respeito que vêm sendo levadas a cabo exemplificam tais relações. A tomada de

posição neste artigo nada tem a ver com uma postura menos científica, mas, pelo contrário, com a apresentação de pontos para discussão, de maneira a evitar que as determinações oriundas das instâncias de poder sejam adotadas e seguidas acriticamente, como observo em boa parte das estruturas burocráticas do campo científico, mas também em manifestações individuais, como destaquei na análise de textos científicos e documentos.

Considero útil citar um último trecho de Bourdieu (1983):

Com efeito, uma sociologia científica da ciência (e a sociologia científica que ela contribui para tornar possível) só pode constituir-se com a condição de perceber claramente que às diferentes posições no campo científico associam-se representações da ciência, estratégias *ideológicas* disfarçadas em *tomadas de posição epistemológicas* através das quais os ocupantes de uma posição determinada visam justificar sua própria posição e as estratégias que eles colocam em ação para mantê-la ou melhorá-la e para desacreditar, ao mesmo tempo, os detentores da posição oposta e suas estratégias (p. 154).

Longe de mim, contudo, advogar um relativismo em que toda posição é válida e os argumentos são tomados pelo valor de face, com o potencial de deslegitimar e/ou desconstruir quaisquer posições contrárias. Reafirmo a convicção de que tanto a ciência quanto as políticas científicas devem ser regidas por racionalismo e parâmetros de verificação, conjugados com uma postura que leve em consideração a soberania nacional e a integração entre os povos. Considerando a mudança de posição buscada pelo governo brasileiro no cenário internacional desde 2003, reivindicando protagonismo e articulações Sul-Sul (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), são preocupantes os rumos e medidas apontados em documentos e artigos analisados, no que

diz respeito à tal internacionalização. No limite, ela *contraria* boa parte das iniciativas relativas à ciência e à política externa postas em prática durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Estas políticas foram um avanço significativo em relação à situação anterior, quando éramos governados “por uma aliança política extensa e heterogênea e arbitrada [...] por um grupo de intelectuais e tecnocratas absolutamente alérgicos à palavra nação” (FIORI, 2000, p. 29-30). Ainda referindo-se à situação na virada dos anos 1990 para os 2000, Fiori acrescenta: “O que esses intelectuais nunca perceberam é que seu cosmopolitismo, quando praticado num país periférico, como o Brasil [...], é um cosmopolitismo de cócoras e só poderia ter como resultado a desintegração definitiva de qualquer ideia de nação [...]” (p. 32). O discurso da internacionalização, a adoção de parâmetros antinacionais para avaliação da produção científica e a escolha exclusiva do inglês parecem sintomas de um cosmopolitismo de cócoras científico. Esta busca desenfreada por reconhecimento ignora “que ‘lá fora’ é um lugar que não existe, por um lado, e ‘lá em cima’ é um lugar onde nós só teremos acesso se abdicarmos de sermos portugueses, brasileiros, espanhóis, mexicanos, franceses, alemães, etc.” (CABRAL, 2007, p. 237).

A esmagadora maioria das universidades brasileiras tem infraestrutura precária. Uma melhora sensível só será possível com um incremento significativo do volume de recursos públicos investido na educação pública, em todos os níveis (HELENE, 2013). O pauperismo chega ao ponto de haver corte do fornecimento de energia por falta de pagamento<sup>41</sup>. Enquanto isso, realizam eventos com a perspectiva de que “um dos principais desafios para melhorar a avaliação dos programas de

pós-graduação é a internacionalização das publicações”<sup>42</sup>. Órgãos ligados às Reitorias estimulam a oferta de disciplinas em inglês, em busca de internacionalização<sup>43</sup>. Talvez esta situação seja uma síntese do momento atual: desejar que se dê aulas em inglês, mas à luz de velas.

## Referências

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

APPLE, Michael. A educação e os novos blocos hegemônicos. In: RODRIGUES, Alberto Tosi. *Sociologia da educação*, 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 93-122.

BENCHIMOL, Jaime L.; CERQUEIRA, Roberta C.; PAPI, Camilo. Desafios aos editores da área de humanidades no periodismo científico e nas redes sociais: reflexões e experiências. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 347-364, abr./jun. 2014.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. Sobre as artimanhas da razão imperialista. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 1, p. 15-33, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n1/a02v24n1>>. Acesso em 22 mai. 2015.

CABRAL, João de Pina. Língua e hegemonia nas ciências sociais. *Análise Social*, v. XLII, n. 182, p. 233-237, 2007.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização*. 4.ª edição, Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

DANTAS, Marcos. Mais-valia 2.0: produção e apropriação de valor nas redes do capital. *Eptic Online*, v. 16, n. 2, p. 85-108, mai./ago. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/epctic/article/view/2167/1948>>. Acesso em 28 ago. 2015.

DIETSCHY, Paul; HOLT, Richard. História dos esportes na França e na Grã-Bretanha: agendas nacionais e perspectivas europeias. *Recorde*:

*Revista de História do Esporte*, v. 6, n. 1, p. 1-30, jan./jun. 2013.

Disponível em: <<http://revistas.ufrj.br/index.php/Record/article/view/666/612>>. Acesso em 24 ago. 2015.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Práticas de poder, política científica e as ciências humanas e sociais: o caso da regulação da ética em pesquisa no Brasil. *História Oral*, v. 17, n. 2, p. 9-29, jul./dez. 2014.

FIORI, José Luís. O cosmopolitismo de cócoras. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 21-32, 2000.

HELENE, Otaviano. *Um diagnóstico da educação brasileira e de seu financiamento*. Campinas: Autores Associados, 2013.

ISAYAMA, Hélder Ferreira; MELO, Victor Andrade de. A produção de conhecimento sobre lazer: o olhar do periódico Licere. ISAYAMA, Hélder Ferreira; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de (Org.). *Produção de conhecimento em Estudos do Lazer: paradoxos, limites e possibilidades*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 187-204.

KIRKPATRICK, David. *O efeito Facebook: Os bastidores da história da empresa que conecta o mundo*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

MELO, José Marques de. *História Política das Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

MENEGHINI, Rogerio; PACKER, Abel L. Is there science beyond English? *EMBO Reports*, v. 8, n. 2, p. 112-116, February 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORTIZ, Renato. As ciências sociais e o inglês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 5-23, fev. 2004.

SERRA, Paulo. Digitalização e acesso aberto na publicação em Ciências da Comunicação: o caso português. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 91-104, jul./dez. 2013.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, jul./dez. 2007.

## Notas

- <sup>1</sup> Este artigo beneficiou-se de conversas e trocas de recomendações bibliográficas com alguns colegas, em especial Victor Andrade de Melo, a quem agradeço. A responsabilidade por eventuais falhas é minha.
- <sup>2</sup> Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio, Rio de Janeiro, Brasil), onde coordena o Laboratório de Comunicação e História ([www.lachi.com.br](http://www.lachi.com.br)) e do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Jovem Cientista do Nosso Estado (2015-2017) da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). [raffortes@hotmail.com](mailto:raffortes@hotmail.com).
- <sup>3</sup> Tal é o caso da Unirio, onde trabalho.
- <sup>4</sup> PESQUISADORA edita número especial de revista internacional. *Jornal da Ciência*, n. 5094, 9 jan. 2015. Disponível em: <<http://jnoticias.jornaldaciencia.org.br/5-pesquisadora-edita-numero-especial-de-revista-internacional>>. Acesso em 17 jun. 2015.
- <sup>5</sup> Idem.
- <sup>6</sup> MONTEIRO, Viviane. Apoio à internacionalização é um alento para sociedades científicas, mas é insuficiente. *Jornal da Ciência*, n. 5513, 5 fev. 2015. Disponível em: <<http://jnoticias.jornaldaciencia.org.br/3-apoio-internacionalizacao-e-um-alento-para-sociedades-cientificas-mas-e-insuficiente>>. Acesso em 28 jan. 2016.
- <sup>7</sup> Disponível em: <[http://cnpq.br/chamadas-publicas?p\\_p\\_id=resultadosportlet\\_WAR\\_resultadoscnpqportlet\\_INSTANCE\\_0ZaM&id=47-474-3372&detalha=chamadaDetalhada&filtro=encerradas](http://cnpq.br/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&id=47-474-3372&detalha=chamadaDetalhada&filtro=encerradas)>. Acesso em 17 jun. 2015.
- <sup>8</sup> FOREQUE, Flávia. Sobe número de estrangeiros com bolsa de estudo. *Folha de S. Paulo*, 25 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/209596-sobe-n-de-estrangeiros-com-bolsa-de-estudo.shtml>>. Acesso em 17 jun. 2015.
- <sup>9</sup> TAKAHASHI, Fábio. USP libera aula só em língua estrangeira na graduação. *Folha de S. Paulo*, 17 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/222930-usp-libera-aula-so-em-lingua-estrangeira-na-graduacao.shtml>>. Acesso em 3 nov. 2015.
- <sup>10</sup> O que sustentaria o argumento de que a oferta de disciplinas em idiomas diferentes do nacional é o meio adequado de atrair estrangeiros.
- <sup>11</sup> INTERNACIONALIZAÇÃO de universidades: Rosetta Stone fecha parceria com a FTEC. *Jornal da Ciência*, n. 5139, 18 mar. 2015. Disponível em: <<http://jnoticias.jornaldaciencia.org.br/26-internacionalizacao-de-universidades-rosetta-stone-fecha-parceria-com-a-ftec>>. Acesso em 17 jun. 2015.
- <sup>12</sup> Boa parte dos periódicos científicos anglófonos sequer se dá ao trabalho de explicitar/ registrar/ assumir que aceita apenas trabalhos em inglês. Observo dinâmica parecida em congressos denominados “internacionais”, embora a frequência com que explicitam que o inglês é o (único) idioma oficial aceite pareça maior que no caso das revistas.
- <sup>13</sup> Não se trata de exagero: retomo esta discussão na seção: A internacionalização e os periódicos científicos.
- <sup>14</sup> Agradeço a Bruno Adriano Rodrigues da Silva por chamar minha atenção para este artigo.

- <sup>15</sup> Exigências de que se elabore muitas notas explicativas para o público *internacional*, algo que não se exige para trabalhos de cunho *local/nacional* publicados em inglês por autores estadunidenses ou britânicos, por exemplo.
- <sup>16</sup> Serra (2013) aponta uma saída distinta: “Havendo meios materiais e humanos para isso, parece-nos [...] que a forma ideal de contrariar a hegemonia do inglês seria a existência de publicações trilingues, com todos os seus artigos e resumos escritos simultaneamente em português, espanhol e inglês” (p. 102). Ou seja, para contrariar a hegemonia anglófona, devemos dispender tempo e recursos... traduzindo nossos textos para o inglês. Coerentemente, nenhuma palavra é dita sobre reivindicar que as publicações anglófonas sigam igual caminho e se tornem bilingues ou trilingues.
- <sup>17</sup> Agradeço a Felipe Rocha dos Santos por chamar minha atenção para este livro.
- <sup>18</sup> No que diz respeito aos congressos realizados por entidades científicas que se denominam mundiais e/ou internacionais, a regra é a aceitação de trabalhos exclusivamente em inglês. Entre as exceções, a já citada Aieri/IAMCR (*International Association for Media and Communication Research*, nome em inglês da Aieri), com o francês e o espanhol; e o Comitê Europeu de História do Esporte (CESH, com nove idiomas). Nos estudos do esporte, entidades como a *International Sociology of Sport Association* (ISSA) e *International Society for the History of Physical Education and Sport* (ISHPES) realizam congressos e publicam revistas exclusivamente em inglês. Seus eventos anuais costumam reunir menos de 200 pesquisadores (número semelhante aos eventos do CESH), embora se definam como mundiais/internacionais.
- <sup>19</sup> Note-se que, de acordo com Melo, a inclusão do espanhol só ocorreu apenas após grande pressão de “jovens comunicólogos ibéricos” para “o fim do bilinguismo franco-anglófono” no congresso da entidade realizado em Barcelona, em 1988 (p. 162). Cerca de 20 anos depois, consultei a coordenadora de um grupo de trabalho sobre a possibilidade de enviar texto em português para um congresso da entidade que ocorreria em Portugal. Ela respondeu que, após a experiência do México (sede do evento no ano anterior), quando pouca gente compareceu às sessões em espanhol, ela havia decidido restringir os trabalhos ao inglês.
- <sup>20</sup> O problema é resolvido da seguinte forma: nos congressos, assumindo a intolerância total (submissões exclusivamente em inglês, impedindo de participar todos os que não o dominem) ou parcial (permitindo outros idiomas, mas não a ponto de permanecer na sala e contentar-se com a própria limitação); nas revistas, banindo qualquer idioma distinto do seu.
- <sup>21</sup> A apologia do inglês talvez esteja relacionada também a mecanismos de exclusão dentro do universo científico, considerando que, no Brasil, não se aprende a dominar o inglês na escola pública – e nem mesmo na maioria das escolas privadas. Os apologistas sequer mencionam a desejável capacidade de uma escola pública de qualidade para ensinar, além do português, o inglês e o espanhol como idiomas fluentes para *todos* os brasileiros. As saídas apontadas são sempre por meio da *superação* individualista: cabe ao cientista encontrar os meios para *progredir* rumo ao inglês fluente. Volto a este ponto na seção: A internacionalização e os periódicos científicos.
- <sup>22</sup> Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/areas-contempladas>>. Acesso em 27 ago. 2015.
- <sup>23</sup> POLÍTICA de Ciência, Tecnologia e Inovação para as áreas Ciências Humanas,

- Sociais e Sociais Aplicadas. Documento divulgado em maio de 2015. Disponível em: <[http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Doc\\_GT\\_CHSSA20maioFINAL.pdf](http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Doc_GT_CHSSA20maioFINAL.pdf)>. Acesso em 17 jun. 2015.
- <sup>24</sup> Um arquivo com os três documentos encontra-se disponível em: <[http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Minuta\\_resol\\_CHS\\_do\\_GT\\_CONEP-2.pdf](http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Minuta_resol_CHS_do_GT_CONEP-2.pdf)>. Acesso em 17 jun. 2015.
- <sup>25</sup> Disponível em: <[http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Minuta\\_resol\\_CHS\\_do\\_GT\\_CONEP-2.pdf](http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Minuta_resol_CHS_do_GT_CONEP-2.pdf)>. Acesso em 17 jun. 2015.
- <sup>26</sup> Idem.
- <sup>27</sup> CNPQ atende demanda da comunidade científica e cria Diretoria de Ciências Humanas e Sociais. *CNPq*, 10 dez. 2014. Disponível em: <[http://www.cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal\\_content/56\\_INSTANCE\\_a6MO/10157/2326440](http://www.cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/2326440)>. Acesso em 17 jun. 2015.
- <sup>28</sup> Em fevereiro de 2016, *e-mails* que recebi do CNPq permaneciam assinados pela Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas e Humanas e Sociais. POLÍTICA de Ciência, Tecnologia e Inovação para as áreas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Documento divulgado em maio de 2015. Disponível em: <[http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Doc\\_GT\\_CHSSA20maioFINAL.pdf](http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Doc_GT_CHSSA20maioFINAL.pdf)>. Acesso em 17 jun. 2015.
- <sup>29</sup> POLÍTICA de Ciência, Tecnologia e Inovação para as áreas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Documento divulgado em maio de 2015. Disponível em: <[http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Doc\\_GT\\_CHSSA20maioFINAL.pdf](http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Doc_GT_CHSSA20maioFINAL.pdf)>. Acesso em 17 jun. 2015.
- <sup>30</sup> POLÍTICA de Ciência, Tecnologia e Inovação para as áreas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Documento divulgado em maio de 2015. Disponível em: <[http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Doc\\_GT\\_CHSSA20maioFINAL.pdf](http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Doc_GT_CHSSA20maioFINAL.pdf)>. Acesso em 17 jun. 2015.
- <sup>31</sup> Já há revistas dividindo os trabalhos em “Artigos Internacionais” e “Artigos” ou criando uma seção à parte com o título “Estrangeiros”. Cf. <<http://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/issue/view/29>> e <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/animus/issue/current>>. Acessos em 27 ago. 2015.
- <sup>32</sup> NORMAS para publicação. *Matrizes*. Disponível em: <[http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/pages/view/normas\\_publicacao](http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/pages/view/normas_publicacao)>. Acesso em 17 jun. 2015.
- <sup>33</sup> Disponível em: <<http://estudosculturais.com/revistalusoфона/index.php/rlec/announcement/view/9>>. Acesso em 17 jun. 2015.
- <sup>34</sup> *E-mail* veiculado em listas de pesquisadores da área de Comunicação e recebido por mim em 23/2/2015.
- <sup>35</sup> Da mesma forma, no caso de eventos científicos, é possível aplicar de maneira transparente e tranquila categorias como “nacional” e “internacional”? Um pesquisador brasileiro que viaja para um congresso mexicano de pesquisadores de Comunicação deve marcar “internacional” ou “nacional” ao inserir as informações na Plataforma Lattes? Ora, quanto ao título do evento e à diversidade de países de procedência dos pesquisadores, sem dúvida, trata-se de um congresso nacional. Contudo, para um pesquisador brasileiro, pode se tratar de um congresso internacional, no sentido de que é realizado no exterior e com pesquisadores do

exterior, de que se relacionará em espanhol com os colegas e de que lhe é permitido solicitar apoio de agências de fomento para passagens e diárias.

- <sup>36</sup> O exemplo de um estudo relevante publicado em alemão por pesquisadores alemães, e que permaneceu ignorado por décadas pelos cientistas dos EUA é apresentado pelos autores como um problema de se escrever em alemão (que, segundo eles, deveria ter sido solucionado pelos alemães ao providenciarem a tradução para o inglês, ou melhor ainda, ao abandonarem sua língua e escreverem diretamente em inglês), e não da limitação dos cientistas anglófonos monoglotas (que poderia ser solucionada com o esforço para aprender a ler em outros idiomas, ou com o investimento de recursos de instituições e governos anglófilos para traduzir para aquele idioma a produção científica disponível em alemão).
- <sup>37</sup> Nem a forma como as exigências de internacionalização do SciELO vêm prejudicando as revistas de CHSSA. Cf. MIGUEL, Luis Felipe. Qual é a do SciELO? *Painel Acadêmico*, Brasília, 6 out. 2015. Disponível em: <<http://painelacademico.uol.com.br/painel-academico/5263-qual-e-a-do-scielo>>. SOBRE os critérios de admissão e permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO: Carta aberta da ANPOCS. Dez. 2015. Disponível em: <[http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Carta\\_Aberta\\_da\\_ANPOCS\\_ao\\_SciELO\\_Dezembro\\_2015.pdf](http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Carta_Aberta_da_ANPOCS_ao_SciELO_Dezembro_2015.pdf)>. Acessos em 4 fev. 2016.
- <sup>38</sup> O que, aliás, contraria as tacanhas exigências das agências de fomento quanto à dedicação exclusiva à pesquisa.
- <sup>39</sup> Adiante, os autores descrevem a criação e alimentação de perfis em plataformas como *Twitter* e *Facebook* como mecanismos de divulgação do periódico que editam, sem problematizar que se trata de empresas privadas cujo lucro provém da produção espontânea de milhões de usuários ao redor do mundo. Para uma discussão sobre como o uso pessoal e profissional de tais ferramentas é apropriado como valor pelas empresas, ver Dantas (2014). Para um trabalho jornalístico sobre as origens da empresa *Facebook* e da lógica que orienta seu modelo de negócio, ver Kirkpatrick (2011).
- <sup>40</sup> As traduções e livros financiados com recursos públicos deveriam obrigatoriamente ficar disponíveis para acesso gratuito e livre na internet. As editoras universitárias poderiam ser os agentes deste processo, o que contribuiria para aumentar o catálogo de títulos e para provê-las com recursos.
- <sup>41</sup> Tal foi o caso da Universidade Federal Fluminense, em agosto de 2015. UFF tem energia cortada por falta de pagamento em sete unidades. *GI*, 19 ago. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/08/uff-tem-energia-cortada-por-falta-de-pagamento-em-sete-unidades.html>>. Acesso em 28 ago. 2015.
- <sup>42</sup> PROGRAMAS de Pós-Graduação em Enfermagem promoverão simpósio de editoração científica. *Unirio*, 27 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.unirio.br/news/programas-de-pos-graduacao-em-enfermagem-promoverao-simposio-de-editoracao-cientifica>>. Acesso em 22 ago. 2015.
- <sup>43</sup> A versão de 2013 do Edital Programa de Apoio a Projetos de Internacionalização da UFF, por exemplo, menciona duas vezes especificamente o inglês, embora não proíba atividades em outros idiomas. Disponível em: <[http://www.propipi.uff.br/novo/sites/default/files/edital\\_piuff\\_2014.pdf](http://www.propipi.uff.br/novo/sites/default/files/edital_piuff_2014.pdf)>. Acesso em 28 ago. 2015.